

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 28, 29, 30, 31 e 32, relativas às reuniões dos dias 20 e 25 de outubro, 3, 4 e 8 de novembro de 2022;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 186/XV/1.ª \(CH\)](#) -
Procede à equiparação entre os enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho (CIT) e enfermeiros vinculados com contrato de funções públicas (CTFP) para efeitos de remunerações e posições remuneratórias
Autora do parecer: Deputada Eurídice Pereira (PS);
3. Apreciação, discussão e votação do Relatório Final sobre a [Petição n.º 324/XIV/3.ª](#) - Não a Grandes Projetos Hoteleiros para a Aldeia do Meco, da iniciativa de Luiz Manuel Fonseca Miranda (4055 assinaturas)
Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS);
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e da Senhora Ministra da Coesão Territorial;
5. Distribuição do [Projeto de Lei n.º 413/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de São Miguel do Mato e as Freguesias de Fervedo, Tropeço e Escariz do concelho de Arouca
Autor do parecer: Deputado do GP do PS
6. Apreciação e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 42/XV/1.ª \(GOV\)](#) –
Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais
Autor do parecer: Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL);
7. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 387/XV/1.ª \(PAN\)](#) -
Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações

Autora do parecer: Deputada Paula Santos (PCP);

8. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 393/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Autora do parecer: Deputada Susana Amador (PS);

9. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 391/XV/1.ª \(CH\)](#) – Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

Autor do parecer: Deputado José Moura Soeiro (BE);

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 325/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelas situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022;

11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 28, 29, 30, 31 e 32, relativas às reuniões dos dias 20 e 25 de outubro, 3, 4 e 8 de novembro de 2022;

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isaura Morais (PSD), que presidiu à reunião, cumprimentou os presentes e pôs à votação apenas as atas 30, 31 e 32, relativas às reuniões dos dias 3, 4 e 8 de novembro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências da IL, do PCP e do BE.

2. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 186/XV/1.ª \(CH\)](#) - **Procede à equiparação entre os enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho (CIT) e enfermeiros vinculados com contrato de funções públicas (CTFP) para efeitos de remunerações e posições remuneratórias**

Autora do parecer: Deputada Eurídice Pereira (PS);

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 186/XV/1.ª (CH), concluindo que o mesmo cumpre os requisitos



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

legais e constitucionais para ser apreciado em Plenário. A Senhora Deputada Sofia Matos (PSD) usou da palavra para agradecer à Deputada relatora a objetividade como apresentou o parecer.

Submetido à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências da IL, do PCP e do BE.

3. Apreciação, discussão e votação do Relatório Final sobre a [Petição n.º 324/XIV/3.ª](#) - Não a Grandes Projetos Hoteleiros para a Aldeia do Meco, da iniciativa de Luiz Manuel Fonseca Miranda (4055 assinaturas)

Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS);

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) começou por lembrar que, não obstante estar prevista a discussão daquela petição em Comissão, lhe cabia num primeiro momento apresentar o relatório final, no qual procurou ser muito exaustiva relativamente ao seu objeto, no sentido de poder ajudar a clarificar uma questão fundamental referida pelos peticionários – a não inclusão de dois dos empreendimentos em causa na Rede Natura. Na petição não estarão em causa ilegalidades, mas opções do município de Sesimbra para projetos turísticos, as quais são desconformes relativamente às características do local em causa. Por essa razão, expressou dúvidas quanto ao escrutínio daquela petição pela Assembleia da República face ao que é do domínio do poder local.

O Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD) agradeceu a elaboração do relatório final e confirmou que, tendo estado presente na audição dos peticionários, em momento algum foram levantadas dúvidas de ilegalidades. Trata-se de um conjunto de pessoas que moram há muitos anos naquela zona e que se sentem agredidas com o potencial de construção previsto. Há uma fronteira ténue entre o que a Assembleia da República pode fazer nesta matéria e quem tem competência para decidir, em particular, a Câmara Municipal de Sesimbra. Saudou mais uma vez os peticionários, até porque é bom que os cidadãos se organizem, embora julgue que, nesta fase, pouco mais a Assembleia da República poderá fazer.

O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) também agradeceu o trabalho da Senhora Deputada relatora, não sem dizer que aquela petição foi alavancada pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN, numa tentativa de colocar aquela matéria na ordem do dia e usando-a como arma de arremesso.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

Submetido à votação, foi o relatório final aprovado por unanimidade, verificando-se as ausências do PCP e do BE.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS para audição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e da Senhora Ministra da Coesão Territorial;

O Senhor Deputado apresentou o requerimento *supra* identificado, motivado pelas cheias ocorridas de 7 para 8 de dezembro e de 12 para 13 do mesmo mês. Do requerimento não consta qualquer data expressa para a realização das audições, embora se entenda que o mesmo deve ser concretizado a partir do momento em que existam relatórios das ocorrências elaborados pelo Governo.

O Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) referiu-se ao requerimento apresentado na semana passada pelo seu grupo parlamentar, que o PS não viabilizou. Sugeriu uma adenda ao requerimento agora apresentado: em primeiro lugar, que seja garantida a vinda da Senhora Ministra da Coesão Territorial até ao final da primeira semana de janeiro; em segundo, que fosse bem definido o objeto daquela audição, isto é, o valor global dos danos e prejuízos por município assim como o montante global dos apoios, a sua tipologia, e o calendário para a sua execução.

O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) chamou a atenção para uma incongruência que se verifica no Governo: é que quem esteve presente no terreno no período das cheias foi a Ministra da Presidência e não a Ministra da Coesão Territorial, pelo que receia que esse facto leve a conclusão nenhuma.

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) usou de novo da palavra para deixar uma nota de confiança à Mesa e à Senhora Presidente para articular com a Ministra a melhor data possível. Relativamente ao objeto, considerou que deve ser dada latitude para que a informação trazida seja o mais abrangente possível. Por último, disse que quer a Senhora Ministra da Presidência quer a Senhora Ministra da Coesão Territorial tiveram uma atuação articulada no terreno.

O Senhor Deputado Luís Gomes (PSD) interveio para dizer que, aquando do fenómeno da tempestade Elsa e da depressão Fabien na zona do Caramulo, os danos e prejuízos

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

só foram contabilizados dois anos depois e supõe que ninguém pretende que essa circunstância infeliz volte a acontecer. A Senhora Deputada Susana Amador (PS) interveio então para esclarecer que o requerimento é suficiente, adequado e abundante. Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

5. Distribuição do [Projeto de Lei n.º 413/XV/1.ª \(PSD\)](#) - **Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de São Miguel do Mato e as Freguesias de Fermedo, Tropeço e Escariz do concelho de Arouca**

Autor do parecer: Deputado do GP do PS

Foi distribuído ao Senhor Deputado Ricardo Lino (PS).

6. **Apreciação e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 42/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais**

Autor do parecer: Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL);

O Senhor Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL) apresentou de forma sucinta o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 42/XV/1.ª (GOV), concluindo que está em condições de ser apreciado em Plenário. Submetidos à votação os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer, foram os mesmos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

7. **Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 387/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações**

Autora do parecer: Deputada Paula Santos (PCP);

Este ponto foi adiado para o final da reunião. Nessa altura, a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o respetivo parecer, o qual, submetido à votação – pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) -, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências da IL e do BE.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

- 8. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 393/XV/1.ª \(PCP\)](#)
– Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a
revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial**

Autora do parecer: Deputada Susana Amador (PS);

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 393/XV/1.ª (PCP), concluindo que o mesmo reúne condições para ser apreciado em Plenário. O Senhor Deputado Guilherme Almeida (PSD) cumprimentou a relatora, lembrando que o PSD já tinha apresentado o Projeto de Lei n.º 144/XV/1.ª sobre matéria conexa. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

- 9. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 391/XV/1.ª \(CH\)](#)
– Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos
das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores**

Autor do parecer: Deputado José Moura Soeiro (BE);

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou de forma breve o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 391/XV/1.ª (CH), chamando a atenção para o facto de que o mesmo não deve dispensar a apreciação pública. O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) considerou que ao relator não lhe competia fazer esse tipo de afirmações. Interveio o Senhor Deputado Francisco Pimentel (PSD) para dizer que, do ponto de vista constitucional, aquela iniciativa levanta algumas questões importantes porque, salvo melhor opinião, atendendo ao princípio da subsidiariedade, a criação de um subsídio de insularidade não é da competência da Assembleia da República. A Senhora Deputada Maria de Fátima Fonseca (PSD) agradeceu a clareza e objetividade do parecer e disse que o GP do PS reserva a sua pronúncia para Plenário, reconhecendo a complexidade técnica daquela matéria. Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do PCP e do BE e a abstenção do PSD.

- 10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 325/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao
Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelas
situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022;**

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Sofia Matos (PSD) apresentou um protesto pelo facto de aquele ponto ter sido introduzido na ordem do dia desrespeitando o disposto no regulamento da Comissão quanto à antecedência mínima com que qualquer assunto pode ser incluído para apreciação, tendo a Senhora Presidente esclarecido que o mesmo já constava da ordem do dia de sexta-feira passada. A Senhora Deputada Sofia Matos (PSD) prosseguiu dizendo que não havia condições para proceder à sua discussão naquele momento, pelo que solicitava o seu adiamento. A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) interveio para dar nota de que o projeto de resolução tinha a maior atualidade, receando que essa circunstância pudesse perder-se.

A Senhora Presidente informou que, de acordo com o regulamento da Comissão, com a solicitação do adiamento daquele ponto, o mesmo constaria da ordem do dia da próxima reunião.

11. Outros assuntos.

A Senhora Presidente lembrou que a Comissão reuniria no dia seguinte após Plenário e propôs uma reunião de Mesa e Coordenadores imediatamente a seguir, o que foi aceite por consenso.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 janeiro 2023.

A PRESIDENTE



(ISAURA MORAIS)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 36/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)
Isabel Guerreiro (PS)
João Azevedo (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria da Luz Rosinha (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Norberto Patinho (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Ricardo Lima (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sobrinho Teixeira (PS)
Susana Amador (PS)
Firmino Marques (PSD)
Firmino Pereira (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
Isaura Morais (PSD)
João Barbosa de Melo (PSD)
Luís Gomes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Carlos Guimarães Pinto (IL)
Paula Santos (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Agostinho Santa (PS)
Irene Costa (PS)
Palmira Maciel (PS)
Fátima Ramos (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Germana Rocha (PSD)